

Os desafios da docência impostos pelo Ministério da Educação e Ciência têm-se aprofundado, infelizmente, não na procura de melhores métodos, de melhores estratégias e de melhores condições de trabalho, mas na procura da (in)eficiência humana para além do expectável.

Foi assim com o aumento de alunos por turma; foi assim com a classificação dos alunos por oposição à Classificação Internacional de Funcionalidade; foi assim com a pressão para a diminuição dos alunos com necessidades educativas especiais que reduzem turma e da inclusão de mais de dois alunos com estas características em cada turma; foi assim com a manutenção das turmas com mais de um ano de escolaridade enquanto norma de funcionamento; foi assim com a redução dos professores de apoio educativo, de educação especial e professores bibliotecários; foi assim com a atribuição de turmas a coordenadores de estabelecimento; foi assim com todos, e será assim se deixarmos que alguns órgãos de comunicação social e jornalistas, “opinion makers” e Ministério da Educação e Ciência passem a ideia que os professores são dispensáveis, que estão desprotegidos nas escolas, isolados e à mercê dos ditames e livre arbítrio dos diretores.

Os perigos à docência enquanto atividade livre, democrática e crítica estão ameaçados de diversas maneiras, seja através de concursos viciados, em que experiência é um fardo e a inexperiência o mote, de maneira a formatar e condicionar desde cedo “os meninos e meninas” à vontade do que se quer, sem direitos porque nunca os conheceram, seja porque se reduzem as opções de escolha pelo aumento das zonas pedagógicas para limites geográficos a roçar a insanidade.

Os perigos também estão à espreita atrás de Conselhos Municipais de Educação, onde vaidades se sobrepõem ao cariz pedagógico da escola, estando os professores muitas vezes, na prática, em minoria para defender a escola e os alunos de posições contrárias ao interesse deles, dos pais e da comunidade (quem não sabe, erra por não saber, mas com consequências futuras de contornos irrecuperáveis).

Os perigos à escola pública estão ainda emboscados atrás desta municipalização do ensino que mais não procura que transformar a escola num local de troca de favores, em que os professores são contratados diretamente “pelo” currículo de cariz local, ou mesmo num negócio, através da subcontratação de empresas amigas do município ou de adjudicação e gestão das escolas e currículos.

Se pensarmos que a municipalização implica a gestão do currículo, das turmas, dos alunos nas escolas do município, nos transportes e na disciplina, sendo a escola e os professores meros consultores, então o perigo é máximo e tem de ser combatido até à última réstia de energia, força e capacidade de resiliência.

Isto não pode passar!



Os desafios da docência

perante o recuo dos direitos de cidadania

5 e 6 de fevereiro de 2015
fórum Lisboa

Com todos estes perigos, um outro consequente surge de imediato: a desvalorização do valor da profissão pois a degradação estatutária, a degradação humilhante do professor e professora através da desconfiança permanente, mesmo por outros colegas professores nas escolas, a degradação imposta pela tutela da relação do professor com o aluno, a degradação do valor hora do professor pelo aumento da carga horária sem respetivo aumento remuneratório, a degradação do papel do professor com a atribuição de tarefas administrativas menores, surge como consequência a baixa da autoestima que conduzirá ao aceitar, por parte dos mais novos e de todos, de salários ao nível de profissões não qualificadas ao nível das autarquias.

Será por isso que não descongelam carreiras?

Será por isso que não abrem vagas nos quadros para facilitar a integração nas autarquias?

Será por isso que se quer uma força laboral docente sem vínculo para que se despeça hoje e contrate amanhã, transformando-nos em profissão liberal?

Será por isso que se aumentam as custas dos processos em tribunal, podendo a parte vencedora exigir o pagamento dos honorários, e pelo medo, levar os justos a abdicar da justiça?

Será por isso que não cumprem com as diretivas comunitárias que obriga à vinculação obrigatória quem tem três contratos sucessivos com o Ministério da Educação e Ciência, e criam legislação à revelia onde introduzem os cinco anos sucessivos em horário completo e anual no mesmo grupo de recrutamento, quando não é isso que se deve transpor da diretiva de 1999?

São todas perguntas válidas e de resposta fácil, e todos as conseguimos formular. Infelizmente continuam a tratar-nos como se não víssemos o que querem fazer.

Todos já percebemos que a precariedade laboral, seja dos professores do quadro (mobilidade especial/horários zero), seja dos professores recém-vinculados, seja dos contratados “ad eternum”, é o desígnio deste governo, que o transpôs à prática, e do anterior, que o legislou e criou.

Como cereja no topo do bolo, um dos momentos mais tristes da nossa profissão é a já celeberrima PACC (Pantomima Aleatória Contra Contratados), um ato que mais não é que dizer que a culpa do desemprego docente é do próprio docente, que é ele o culpado de eventuais lacunas de formação no ensino superior, que é ele o mal de todo o sistema de ensino. Este triste ato mais não é que procurar reduzir o desemprego docente em setembro de cada ano, pois o desemprego licenciado é um dos piores indicadores de desenvolvimento de um país, a somar ao tratamento das crianças em situação de pobreza infantil, aos idosos e aos doentes, aos desempregados em geral, ao acesso à justiça e à segurança social.

Os dirigentes políticos que não conseguem aproveitar aquilo que o nosso sistema educativo forma, promovendo o desemprego quando temos um problema de sucesso educativo interno, empurrando-os depois para a emigração, enriquecendo outros sistemas educativos, tem como base a incompetência na gestão e a cegueira baseada em dogmas partidários.

Por isso, a mudança tem de acontecer, e começa aqui hoje.

A mudança tem de ser a norma e a manutenção do status quo a anormalidade.

Os novos desafios à docência têm de ser criados por nós.

Somos nós que temos que marcar o andamento e agenda pública e política.

Para isso temos de exigir que o tempo de concretização e preparação de documentos seja tipificado; temos de exigir que o fim-de-semana seja fim-de-semana, sem pedidos à sexta-feira para segunda-feira de manhã; temos de exigir que haja tempo entre o final de cada período letivo e o início das reuniões de avaliação; temos de exigir que haja atribuição de recursos materiais e estruturais adequados à exigência da nossa profissão, e que sem eles, não podemos cumprir com os prazos e burocracia; temos de exigir que haja pessoal de apoio direto aos professores para gestão administrativa na sala de aula; temos de exigir que todas as deslocações em serviço sejam em viaturas de serviço, como acontece com os quadros dos ministérios ou mesmo funcionários intermédios das autarquias; temos de recusar o anátema de “tudo pelas crianças” com prejuízo da saúde física, mental e financeira dos professores; temos de exigir que as situações de doença sejam consideradas em serviço, e como tal, sempre remuneradas; temos de exigir que a autoridade do professor seja relevada, e que a sua decisão pedagógica não seja secundarizada perante a comunidade/pais; temos de exigir que quem ponha em causa o trabalho do professor apresente provas e não ser o professor a defender-se apresentando provas; temos, em suma, de exigir que o professor seja professor e não um chefe de sala ao serviço dos alunos e dos pais.

Os alunos assim o necessitam, a escola assim o precisa, os professores assim o merecem.

Longa vida aos professores e longa vida a quem não abdica!

* Docente do 1º CEB no Agrupamento Alhandra, Sobralinho e S. João dos Montes